
Foz do Iguaçu, 11 de maio de 2016

Quero inicialmente cumprimentar a mesa;
Empresários aqui presentes, dirigentes das **82 entidades associadas**;
Demais Autoridades, que nos honram com sua presença;
Senhoras e senhores.

É grande a alegria por estar hoje em Foz do Iguaçu, ícone internacional do turismo e da hospitalidade. Parabéns aos 1 companheiros do Paraná, que organizaram com tanta competência este ENIC. Muito obrigado André, Edson, Fernando, Ricardo, Jacinta, Renato e todos os que trabalharam tão arduamente. Vocês bem demonstram a competência do nosso povo.

Senhor Governador, estamos hoje aqui reunidos com representantes da construção de todo o país, momento oportuno para mostrarmos a pujança deste Estado e da região do Oeste Paranaense. Quero reiterar que a base do seu

desenvolvimento é a cooperação e o associativismo. Acreditamos muito neste modelo, vocês são exemplo para o Brasil.

Este é um momento ímpar de nossa história. O Congresso Nacional vota hoje o afastamento da Presidente da República, momento traumático que nos leva a reflexões em torno do que precisamos fazer para construir um país melhor. Não podemos repetir erros históricos, quando diante da oportunidade de fazer mudanças estruturais, em vez de olhar para a frente, apenas reagimos ao passado. 2

O Brasil precisa desarmar os ânimos, voltar a ser uma sociedade fraterna em busca de prosperidade, justiça e oportunidade para todos. Existem correntes de pensamento que dizem ser a vida feita de conflitos, mas não concordamos. Acreditamos justamente no contrário: unir e discutir à exaustão os problemas e acabar com essa visão antiga e preconceituosa da luta de classes. O mundo mudou. O Brasil mudou. Precisamos de união em busca de novos tempos, cada um contribuindo dentro de seu conhecimento. A sociedade

organizada, os partidos políticos, precisam neste momento pensar no Brasil, esquecendo-se dos interesses menores, corporativos. O interesse coletivo tem que prevalecer.

CONSTRUINDO UM NOVO PAÍS

O Brasil vive um momento crítico da sua história recente e seu desfecho poderá marcar o começo de um novo período. Um ciclo de mudanças que atendam o desejo da população.

Através de objetivos definidos internamente de forma democrática e regionalmente equilibrada, temos contribuído com propostas que tornem melhor nosso país. 3

O Estado brasileiro, nos seus três níveis, perdeu capacidade de investimento. As contas públicas estão totalmente descontroladas e temos graves problemas sociais a serem enfrentados, principalmente, os que atingem a população mais pobre.

O Brasil avançou muito no campo dos direitos sociais e das liberdades individuais, conquistas que estão ameaçadas se não houver avanço também no campo econômico.

Só teremos uma democracia sólida com a eficiência da máquina pública. A qualidade do serviço entregue pelo Estado ao cidadão brasileiro não é compatível com o preço pago através dos impostos. Diante disso, e da elevada carga tributária vigente, **rejeitamos veementemente soluções que envolvam o aumento ou a criação de novos impostos.** 4

Cito, agora, um paragrafo do documento “Ponte para o Futuro”:

“No entanto, a parte mais importante dos desequilíbrios é de natureza estrutural e está relacionada à forma como funciona o Estado brasileiro. Ainda que mudássemos completamente o modo de governar o dia a dia, com comedimento e responsabilidade, mesmo assim o problema fiscal persistiria. Para enfrentá-lo teremos que mudar leis e até mesmo normas constitucionais, sem o que a crise fiscal

voltará sempre, e cada vez mais intratável, até chegarmos finalmente a uma espécie de colapso”.

Destaquei esse trecho do documento, que fundamenta o plano de ação do novo governo, para enfatizar que nosso setor compartilha da percepção de que mudanças são necessárias, muitas das quais difíceis de serem implantadas, e exigirão amplo apoio da sociedade organizada. **A CBIC e suas associadas apoiarão todo esforço empreendido para enfrentar o que for preciso, por mais desafiador que seja para o conjunto da sociedade. Por mais impopular que inicialmente possa parecer. A força do nosso setor está e sempre estará à disposição do Brasil.** 5

A reforma do Estado deve buscar eficiência e o controle do gasto público. **Apoiamos propostas legislativas que diminuam o engessamento do orçamento e bloqueiem novas despesas ou o acréscimo às existentes, sejam quais forem, quando houver tendência de déficit.**

O investimento tem que voltar a ser prioridade. Para investir precisar confiar. A expressão “confiança no futuro” precisa voltar a fazer parte de nosso vocabulário.

O momento exige reavaliar despesas obrigatórias que não mais atendem às demandas estratégicas do país e enfrentar o aparelhamento instalado no Estado brasileiro nos últimos anos.

Mesmo a premissa do direito adquirido tem que ser 6 avaliada à luz do interesse público. A CBIC exalta a importância e defende o Estado de Direito; reconhece o direito adquirido, pelos quais sempre lutou; mas discorda da ação de corporações que, ao longo do tempo, têm aproveitado para instituir benefícios incompatíveis com a realidade brasileira.

No que diz respeito à Previdência Social, o Brasil não pode cultivar a ilusão de que, sem mudanças, as futuras gerações terão seus direitos atendidos. **Essa conta não**

fecha. É preciso desenvolver um novo modelo, aprendendo com experiências exitosas, que garanta a aposentadoria digna e favoreça o aumento da poupança interna para recuperar a capacidade de investimento do país.

Para melhorar a eficiência do Estado, o modelo deve combinar na mesma equação que cada parte faça o que sabe fazer melhor. Assim, o Estado planeja e regula; a iniciativa privada executa. **O Estado tem que prover o serviço, mas não precisa executá-lo.**

Na área trabalhista, os acordos negociados devem ter força de lei. A vontade soberana das partes deve prevalecer. Essa é a melhor forma de modernizar a nossa CLT anciã, aprovada há quase 80 anos. O resultado desse atraso levou o Brasil a atingir a marca impressionante de 100 milhões de ações trabalhistas, com quase 4 milhões de novas ações a cada ano.

Dados do SIAFI demonstram que a folha de pagamento da Justiça do Trabalho ocupa a terceira posição entre os maiores gastos do orçamento da União; acima da Saúde, da Previdência e da própria Justiça Federal.

É preciso trabalhar pela recuperação do emprego e sua qualificação; pela produtividade; e desestimular a informalidade e o litígio que hoje opõem trabalhador e empreendedor. **O Estado precisa ser moderador e não fomentador do conflito.**

8

Dados da PNAD registram que 56% dos ocupados na construção civil não recolhem à Previdência, ou seja, são informais. A formalização desse contingente de trabalhadores significa arrecadação potencial de R\$ 30 bilhões por ano, apenas para a Previdência.

Propomos que a política de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego seja focada no combate à informalidade:

não existe programa social mais efetivo que o emprego decente.

Na relação com o setor público, é vital dar mais transparência a todos os atos. Defendemos a economia de mercado, em que a livre concorrência é pré-condição para a sua existência. Renovamos o compromisso de manter nossa atividade alinhada com os países mais desenvolvidos em relação à ética nas relações público-privadas e concorrenenciais.

9

É preciso abolir o modelo concentrador que permeia a execução de obras públicas e trazer novas empresas para esse segmento. Temos empresas sólidas e estruturadas para assumir, com eficiência, a função que era desempenhada por um pequeno grupo. Para isso, é preciso uma nova mentalidade na contratação e modelagem de projetos, com regras que estimulem a concorrência e abram o mercado para empresas de diversos portes.

Habitação e concessões são grandes oportunidades para a retomada do desenvolvimento. O Programa Minha Casa Minha Vida foi construído em conjunto pelo governo federal, a construção civil, movimentos sociais, trabalhadores e o Fórum de Secretários de Habitação, dentre outros parceiros. Seus resultados demonstram eficácia no combate ao déficit habitacional, porém sua execução exige aprimoramentos, inclusive para atender este momento de desequilíbrio fiscal.

10

O MCMV deve atender a quem mais precisa e exigir contrapartida daqueles que podem pagar. A nossa proposta para a denominada Faixa 1 ½ permite dobrar o número de unidades entregues sem gastar mais recursos, simplesmente agregando mais financiamento ao subsídio.

Recursos do orçamento devem ser utilizados para diminuir o peso imposto hoje ao FGTS. Tendo responsabilidade na sua gestão, a construção civil rejeita que o Fundo seja utilizado para outros fins que não financiar a habitação e o desenvolvimento urbano.

A operação dos financiamentos do PMCMV deve diminuir seus custos operacionais: falamos da administração, da burocracia, de taxas, dos seguros e muitos outros.

O Programa Minha Casa Minha Vida também deve ter um maior acompanhamento social. As famílias precisam de apoio antes e depois da entrega da moradia, assim como de um programa para geração de emprego e renda, em parceria com o SEBRAE, para atender cada comunidade constituída. O Minha Casa Minha Vida deve transformar-se em política de Estado, orientada para a emancipação das famílias beneficiadas. 11

O financiamento habitacional para a classe média depende de recursos da Caderneta de Poupança que, com a atual taxa básica de juros, perdeu atratividade. Enquanto não for recuperada sua capacidade de captação, cabe analisar mais profundamente se o uso atual é compatível com seu objetivo.

Concessões e Parcerias Público-Privadas são realidade no mundo. Muitos países, inclusive na América Latina, têm obtido resultados excelentes em seus programas. Estas modalidades podem ser utilizadas de forma mais abrangente, para além da logística e energia, em segmentos como saneamento básico; resíduos sólidos; iluminação pública; hospitais; presídios e outros.

Com as Concessões e Parcerias Público-Privadas o Brasil pode readquirir capacidade de investimento; impedir o 12 inchaço da máquina pública e, principalmente, entregar serviços de melhor qualidade e fiscalizados pela sociedade.

Se considerarmos o número de municípios brasileiros, suas carências e a capacidade do nosso empreendedor, perceberemos o tamanho deste mercado e seu potencial econômico e social. A construção civil está à disposição para auxiliar os governos na implantação de um programa de concessões estruturado e exitoso.

O avanço das concessões e parcerias também permitirá equacionar gargalos que o setor público não tem conseguido enfrentar, como a universalização do saneamento básico. Estudo realizado pela Associação Contas Abertas, a pedido da CBIC, demonstra que menos de 7% dos recursos disponibilizados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram efetivamente investidos nesse setor, no período de 2007/15. São diversos os segmentos cujo estímulo significará novas oportunidades de negócio, combustível para a recuperação da economia e a oferta de melhor serviço ao cidadão.

13

Senhoras e senhores, o que descrevemos acima é a base do documento entregue ao Senhor Vice-Presidente Michel Temer, na última quinta-feira, 05 de maio. Sua íntegra estará à disposição de todos, na saída desta solenidade. Fiz questão de apresentá-lo aqui, nessa noite, desta forma, pois essa é a nossa diretriz.

O Brasil tem que dar certo. Os avanços institucionais que tivemos nestes últimos tempos são incomparáveis, estamos passando o país a limpo dentro da normalidade democrática e com as instituições funcionando. Não entendemos que o Brasil ficou pior porque mazelas apareceram. Crescemos porque sabemos enfrentá-las.

Vamos nos posicionar fortemente contra o que não concordarmos, com independência e propostas, nos impondo pela determinação e competência. Não nos limitaremos à crítica, construiremos juntos um novo país.

Para finalizar, não posso deixar de falar sobre a ética nas relações público-privadas. Encaramos de frente esse tema, com coragem, apoiados pela história da CBIC, onde este valor sempre foi básico. Alguns não seguiram o que recomendamos e hoje pagam o preço.

Não podemos permitir que fatos deste tipo se repitam e, para isso, iniciamos uma grande campanha de conscientização e busca de instrumentos que esvaziem esta chaga do País.

Estamos apresentando uma série de documentos que serão ferramentas para as empresas:

- *Guia de compliance*
- *Aspectos da lei anticorrupção*
- *Manual de ética concorrencial,*
- *Manual de avaliação de riscos*
- *Código de ética da CBIC atualizado*

15

Mais que apresentar essas ferramentas, com mecanismos modernos e alinhados às práticas internacionais, vamos buscar diálogo com os principais atores das mudanças por que passa o Brasil. Somos protagonistas das mudanças.

No dia 15 de junho iniciaremos um ciclo de debates em evento para o qual convidaremos o Ministério Público Federal (MPF); o Tribunal de Contas da União (TCU); a Associação dos Juízes Federais (AJUFE); a Controladoria-Geral da União (CGU). Vamos discutir com transparência como eliminar focos de corrupção como os contratos leoninos; os projetos mal executados; o atraso de pagamentos; a falta de transparência dos processos licitatórios; a não disponibilização de dados sobre a cronologia de pagamentos em obras públicas e outros.

16

Mais do que nunca, unidos, cresceremos e ajudaremos a construir um país mais justo e próspero. A construção civil está sintonizada com as mudanças pelas quais passa o Brasil e dará sua contribuição com a firmeza que caracteriza sua atuação. E reafirmará seus valores fundamentais, reforçando os atributos que fazem a grandeza desse setor.

Muito obrigado!